

Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil

Lei nº 8.906, de 4-7-1994

Regulamento Geral do Estatuto
da Advocacia e da OAB

Código de Ética e Disciplina

Atos Privativos dos Advogados

Estágio

Exame da Ordem

Inscrição na OAB

Súmulas do STF – TFR – TST – STJ

Provimentos do Conselho Federal da OAB

Índices remissivos

26ª Edição

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2013

Manuais de Legislação Atlas

**ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM
DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Coordenação e supervisão da Equipe Atlas

26ª edição – 2013

ISBN 978-85-224-7901-6
e ISBN 978-85-224-7902-3



A coleção de Manuais de Legislação ATLAS é composta de diplomas legais divulgados pela Imprensa Oficial, atualizados até a data do fechamento de cada edição.

Fechamento desta edição: *DOU* de 15-4-2013.

Composição: Set-up Time Artes Gráficas

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

SUMÁRIO

Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 – Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, 1

Título I – Da Advocacia, 1

Capítulo I – Da Atividade de Advocacia (arts. 1ª a 5ª), 1

Capítulo II – Dos Direitos do Advogado (arts. 6ª e 7ª), 3

Capítulo III – Da Inscrição (arts. 8ª a 14), 9

Capítulo IV – Da Sociedade de Advogados (arts. 15 a 17), 12

Capítulo V – Do Advogado Empregado (arts. 18 a 21), 13

Capítulo VI – Dos Honorários Advocatícios (arts. 22 a 26), 14

Capítulo VII – Das Incompatibilidades e Impedimentos (arts. 27 a 30), 16

Capítulo VIII – Da Ética do Advogado (arts. 31 a 33), 18

Capítulo IX – Das Infrações e sanções Disciplinares (arts. 34 a 43), 18

Título II – Da Ordem dos Advogados do Brasil, 24

Capítulo I – Dos Fins e da Organização (arts. 44 a 50), 24

Capítulo II – Do Conselho Federal (arts. 51 a 55), 26

Capítulo III – Do Conselho Seccional (arts. 56 a 59), 29

Capítulo IV – Da Subseção (arts. 60 e 61), 30

Capítulo V – Da Caixa de Assistência dos Advogados (art. 62), 32

Capítulo VI – Das Eleições e dos Mandatos (arts. 63 a 67), 32

Título III – Do Processo na OAB, 35

Capítulo I – Disposições Gerais (arts. 68 e 69), 35

Capítulo II – Do Processo Disciplinar (arts. 70 a 74), 35

Capítulo III – Dos Recursos (arts. 75 a 77), 37

vi Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – Lei nº 8.906, de 4-7-1994

Título IV – Das Disposições Gerais e Transitórias (arts. 78 a 87), 38

Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, 40

Código de Ética e Disciplina da OAB, 103

Súmulas e Enunciados Relacionados ao Estatuto da OAB, 118

Súmulas do Supremo Tribunal Federal, 118

Súmulas do Tribunal Federal de Recursos, 119

Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, 119

Enunciados do Tribunal Superior do Trabalho, 120

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR, 123

LEI Nº 3.836, de 14-12-1960 – Dispõe sobre a entrega de autos aos advogados, e dá outras providências, 123

PROVIMENTO Nº 42, de 22-8-1978 – Dispõe sobre a uniformização de normas para exame pelas Seções da Ordem dos Advogados do Brasil nos pedidos de transferência de inscrições de advogados, 124

PROVIMENTO Nº 45, de 19-12-1978 – Dispõe sobre a inadmissibilidade de inscrição suplementar para provisionados, 126

LEI Nº 6.838, de 29-10-1980 – Dispõe sobre o prazo prescricional para a punibilidade de profissional liberal, por falta sujeita a processo disciplinar, a ser aplicada por órgão competente, 127

PROVIMENTO Nº 48, de 13-7-1981 – Baixa normas gerais pertinentes aos direitos e às prerrogativas dos filiados à Ordem dos Advogados do Brasil e dá outras providências, 128

PROVIMENTO Nº 70, 16-5-1989 – Dispõe sobre a prestação de contas de quantias recebidas por Advogados, 130

PROVIMENTO Nº 83, de 17-6-1996 – Dispõe sobre processos éticos de representação por advogado contra advogado, 131

PROVIMENTO Nº 94, de 5-9-2000 – Dispõe sobre a publicidade, a propaganda e a informação da advocacia, 132

PROVIMENTO Nº 95, de 16-10-2000 – Dispõe sobre o Cadastro Nacional dos Advogados, 136

PROVIMENTO Nº 99, de 15-10-2002 – Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Consultores e de Sociedades de Consultores em Direito Estrangeiro, 139

- RESOLUÇÃO Nº 1, de 7-4-2003 – Cria o Cadastro de Sanções Disciplinares da Ordem dos Advogados do Brasil, 140
- PROVIMENTO Nº 102, de 9-3-2004 – Dispõe sobre a indicação, em lista sêxtupla, de advogados que devam integrar os Tribunais Judiciários e Administrativos, 142
- PROVIMENTO Nº 111, de 12-9-2006 – Dispõe sobre a legalidade de remissão ou isenção, pelos Conselhos Seccionais, do pagamento de contribuições, anuidades, multas e preços de serviços, devidos, pelos inscritos, à Ordem dos Advogados do Brasil, 152
- PROVIMENTO Nº 112, DE 10-9-2006 – Dispõe sobre as Sociedades de Advogados, 155
- PROVIMENTO Nº 114, de 10-10-2006 – Dispõe sobre a Advocacia Pública, 161
- PROVIMENTO Nº 118, de 7-5-2007 – Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 11.441, de 4 de janeiro de 2007, disciplinando as atividades profissionais dos advogados em escrituras públicas de inventários, partilhas, separações e divórcios, 163
- RESOLUÇÃO Nº 27, de 10-3-2008 – Disciplina a vedação do exercício da advocacia por parte dos servidores do Ministério Público dos Estados e da União, 164
- LEI Nº 11.767, de 7-8-2008 – Altera o art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para dispor sobre o direito à inviolabilidade do local e instrumentos de trabalho do advogado, bem como de sua correspondência, 165
- PROVIMENTO Nº 127, de 7-12-2008 – Dispõe sobre a participação da OAB no cumprimento da decisão judicial que determinar a quebra da inviolabilidade de que trata a Lei nº 11.767, de 2008, 166
- PROVIMENTO Nº 128, de 8-12-2008 – Estabelece parâmetros de atuação do Conselho Federal da OAB para manifestação em recursos especiais repetitivos (artigo 543-C do CPC), 169
- RESOLUÇÃO Nº 1, de 10-3-2009 – Dispõe sobre a identificação profissional dos Advogados, Estagiários, Consultores em Direito Estrangeiro e Membros da Ordem dos Advogados do Brasil e da Caixa de Assistência dos Advogados e a carteira funcional da Instituição, 170
- PROVIMENTO Nº 132, de 18-8-2009 – Cria o Cadastro Nacional de Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil e dá outras providências, 172
- PROVIMENTO Nº 134, de 18-10-2009 – Dispõe sobre a Corregedoria Geral do Processo Disciplinar e cria a função do Corregedor Geral da OAB, 174

viii Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – Lei nº 8.906, de 4-7-1994

PROVIMENTO Nº 138, de 6-12-2009 – Define como utilização de influência indevida a atuação em processos de competência da OAB, na hipótese que menciona, 175

RESOLUÇÃO Nº 13, de 10-8-2010 – Institui o Conselho Gestor de Aplicação do Exame de Ordem Unificado, 176

RESOLUÇÃO Nº 3, de 18-10-2010 – Aprovado o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Processo Disciplinar da Ordem dos Advogados do Brasil, 178

PROVIMENTO Nº 142, de 17-5-2011 – Estabelece vedação para que qualquer órgão da OAB promova, patrocine ou ofereça cursos de preparação para o Exame de Ordem, 193

PROVIMENTO Nº 144, de 13-6-2011 – Dispõe sobre o Exame de Ordem, 194

RESOLUÇÃO Nº 1, de 22-9-2011 – Disciplina o processamento de processos ético-disciplinares previstos no art. 70, *caput*, *in fine*, do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/1994), 200

Índice Remissivo da Lei nº 8.906/94 – Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, 201

Índice Remissivo do Código de Ética e Disciplina da OAB, 221